

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.519.993 - MT  
(2019/0165654-9)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE : ETALÍVIO PEREIRA MARTINS NETO**  
**ADVOGADOS : SÉRGIO ANTÔNIO MEDA - PR006320**  
**GUSTAVO FERNANDES DA SILVA PERES - MT006668**  
**AGRAVADO : ITAU UNIBANCO S.A**  
**ADVOGADOS : RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA E OUTRO(S) -**  
**MS005871**  
**BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO - MT014992**

**EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. 1. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283 DO STF. 2. AGRAVO CONHECIDO, MEDIANTE JUÍZO DE RETRATAÇÃO, PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo interno interposto por ETALÍVIO PEREIRA MARTINS NETO contra decisão monocrática da Presidência desta Corte que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial, por ausência de indicação precisa dos dispositivos legais que seriam objeto do dissenso interpretativo.

Em suas razões (e-STJ, fls. 301-304), o agravante sustenta, em suma, que apontou os dispositivos legais a amparar a pretensão veiculada no apelo especial, quais sejam, o art. 205 do Código Civil e o art. 4º, § 2º, da Resolução BACEN 913/1984.

Postula, ao final, a reconsideração da decisão monocrática ou a submissão do presente reclamo à Turma julgadora.

Impugnação apresentada às fls. 308-312 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

No caso, cabe observar que, nas razões do recurso especial, houve expressa menção ao art. 205 do Código Civil, dispositivo legal considerado violado pelo insurgente.

Desse modo, reconsidero a decisão de fls. 297-298 (e-STJ) e passo ao

exame do recurso especial.

Verifica-se que, nas razões do recurso especial, o ora agravante apontou dissenso interpretativo quanto à aplicação do art. 205 do Código Civil. Sustentou, naquela ocasião, que "o dever de guarda se mantém pelo prazo prescricional das obrigações do Banco perante o cliente, o qual, neste caso, é de 20 anos, conforme Resolução Bacen 913/84 c.c. artigo 205 do Código Civil" (e-STJ, fl. 244).

Contudo, a Corte estadual não fundamentou sua decisão na análise da questão relativa ao dever de guarda pelo prazo prescricional correspondente, mas sim na falta de interesse de agir do autor, por não ter realizado a solicitação extrajudicial dos documentos pertinentes, circunstância a evidenciar a ausência de pretensão resistida da instituição financeira e a falta de interesse de agir do autor, conforme consta do acórdão, no trecho a seguir destacado (e-STJ, fls. 192-194 - sem grifos no original):

Todos nós sabemos que a instauração válida e útil do processo judicial contencioso depende, sempre e necessariamente, da existência de uma "lide", cuja conceituação clássica e jamais revisada no curso da história do processo civil ocidental - pelo menos desde as matutações do vecchio Francesco Carnelutti proclama que "lide" é um conflito intersubjetivo de interesses caracterizado, ou qualificado, por uma pretensão resistida ou insatisfeita. Sem lide, não há o conseqüente interesse de agir, ou seja, necessidade da atuação imediata e obrigatória do órgão jurisdicional estatal como a única maneira civilizada de resolver o imbróglio, e sem interesse de agir, também consequentemente, configurada está a carência da ação que inviabiliza a instauração válida e produtiva do processo judicial contencioso (jurisdição voluntária é outra história!).

**Sendo assim, como o autor não fez prévia solicitação extrajudicial dos documentos de seu interesse, e como não ocorreu negativa ou resistência à disponibilização de quaisquer documentos, é patente a falta de interesse de agir do requerente, não podendo o Banco, agora, sofrer condenado à exibição judicial compulsória, inclusive, com condenação sucumbencial. [...]**

Por todo o exposto, dou provimento ao apelo do Banco, para julgar extinto o processo, sem resolução meritória.

Recurso do autor prejudicado.

Portanto, percebe-se que a argumentação apresentada pelo recorrente não afasta o fundamento que sustenta o aresto combatido, que desconstituiu a sentença por ausência do interesse de agir, sem resolução do mérito. Todavia, a parte recorrente não tratou dessa última em seu recurso, de modo que este não pode ser admitido, com esteio na Súmula 283 do Superior Tribunal de Justiça.

Em ocasião semelhante, assentou-se nesta Corte que "quanto à alegada falta de interesse de agir na exibição de documentos, a subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula nº 283/STF: 'É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles' (AgInt no REsp 1.589.266/GO, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 29/08/2017, DJe 05/09/2017).

Na mesma direção:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. SEGURO HABITACIONAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. VÍCIOS CONSTRUTIVOS. DEMANDA AJUIZADA VÁRIOS ANOS APÓS A EXTINÇÃO DO FINANCIAMENTO. CARÊNCIA DE AÇÃO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. FUNDAMENTO SUFICIENTE PARA MANTER O ACÓRDÃO RECORRIDO. PRECEDENTE DA 3ª TURMA. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA, AINDA QUE POR OUTROS FUNDAMENTOS. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. (AgInt no REsp 1561601/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/06/2018, DJe 15/06/2018)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE DE VEÍCULOS. CONTRATO DE CONCESSÃO COMERCIAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. FALTA DE INTERESSE DE AGIR E PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO. FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS E SUFICIENTES PARA MANTER O ACÓRDÃO NÃO ATACADOS. SÚMULA 283/STF. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. REEXAME DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. (...)

2. A ausência de impugnação, nas razões do recurso especial, de fundamento autônomo e suficiente, por si só, para manter incólume o aresto recorrido atrai, por analogia, o óbice da Súmula 283 do STF, segundo a qual: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."

3. Ademais, o Tribunal local afirmou a existência do interesse de agir da agravada com base no contrato entabulado entre as partes e no acervo fático-probatório da demanda, o que impede a revisão da questão nesta instância especial em razão dos óbices das Súmulas 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça. Precedentes.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 323.958/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 18/06/2015, DJe 03/08/2015)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. NECESSIDADE DE IMPUGNAÇÃO DE TODOS OS FUNDAMENTOS SUFICIENTES DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF.

1.- Nos termos da Súmula 283/STF, "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

2.- Ação de anulação de arrematação de bens pessoais dos sócios em processo falimentar, fundamentada no art. 486 do Cód. de Proc. Civil, movida por sócio e esposa, da sociedade limitada falida, em que se sustenta a nulidade da alienação, por não ter havido, prévia declaração de transferência da propriedade dos bens arrecadados e ulteriormente arrematados.

3.- Processo de ação anulatória extinto sem julgamento do mérito (CPC, art. 267, VI), sob dois fundamentos suficientes e autônomos: inadequação da via eleita (não caberia ação anulatória, porque cabível a interposição de recurso ou ajuizamento de ação rescisória) e falta de interesse de agir (a transferência da propriedade dos imóveis pela sociedade aos seus sócios havia sido declarada ineficaz por decisão judicial), não se cogitando de impossibilidade jurídica do pedido.

4.- Razões do Recurso Especial que impugnaram apenas o primeiro desses fundamentos, remanescendo inatacado o segundo, incidindo, assim, a Súmula 283/STF

5.- Recurso Especial improvido.

(REsp 1168772/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/03/2014, DJe 14/04/2014)

Ante o exposto, conheço do agravo, em juízo de retratação, para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 18 de março de 2020.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator